Docusign Envelope ID: E45EE8F5-695D-8920-82A4-FB403D54993D

SÃOCAMILO

CÍRCULO SOCIAL SÃO CAMILO

CNPJ nº 60.944.998/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	**3.3 / 4**	1.067.366,14	761.280,31
Contas a Receber	**3.4 / 5**	1.037.594,75	2.868.594,75
Adiantamentos		4.704,64	52.562,19
Total do Ativo Circulante		**2.109.665,53**	**3.682.437,25**
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos e Bloqueios Judiciais		4.255.858,09	4.123.270,55
Total do Realizável a Longo Prazo		**4.255.858,09**	**4.123.270,55**
Propriedades para Investimento	**3.6 / 6**	11.846.897,50	44.113.246,94
Total do Ativo Não Circulante		**16.102.755,59**	**48.236.517,49**
Total do Ativo		**18.212.421,12**	**51.918.954,74**

	Nota	2025	2024
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.500.224,52	109,39
Obrigações Trabalhistas	**7**	47.025,27	133.847,83
Obrigações Sociais	**7**	28.659,47	24.515,52
Obrigações Fiscais	**7**	7.004,11	4.108,21
Termo de Colaboração a Realizar	**8**	856.603,96	595.262,47
Total do Passivo Circulante		**2.439.517,33**	**757.843,42**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos	**3.12 / 10**	2.338.508,06	2.161.499,91
Provisão para Demandas Judiciais	**3.13 / 9**	12.416.672,65	12.175.908,21
Total do Passivo Não Circulante		**14.755.180,71**	**14.337.408,12**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		36.823.703,20	41.321.604,48
Déficit do Exercício		(35.805.980,12)	(4.497.901,28)
Total do Patrimônio Líquido		**1.017.723,08**	**36.823.703,20**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**18.212.421,12**	**51.918.954,74**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

	Nota	2025	2024
(+) Receita Atividade Assistência Social - Com Restrição		**1.610.287,97**	**1.602.326,35**
Subvenções Governamentais	**3.16-a**	**1.610.287,97**	**1.602.326,35**
Projeto - Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó		739.226,57	765.683,71
Projeto - Centro para Crianças e Adolescentes N. S. do Ó		871.061,40	836.642,64
Receita Bruta		**1.610.287,97**	**1.602.326,35**
(-) Custo Atividades de Assistência Social (Certificável)		**(1.610.287,97)**	**(1.602.326,35)**
Projeto Social - Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó	**12**	**(739.226,57)**	**(765.683,71)**
Pessoal Próprio		(430.734,08)	(503.977,64)
Serviço de Terceiros		(22.208,19)	(31.365,19)
Material de Consumo		(276.968,85)	(223.122,81)
Locações		(2.023,94)	(2.238,48)
Manutenção Predial		(6.838,00)	(4.547,13)
Impostos e Taxas		(453,36)	(432,46)
Gastos Financeiros		(0,15)	-
Projeto Social - Centro para Crianças e Adolescentes N.S. do Ó	**12**	**(871.061,40)**	**(836.642,64)**
Pessoal Próprio		(519.780,98)	(518.056,72)
Serviço de Terceiros		(31.616,39)	(44.695,34)
Material de Consumo		(293.212,48)	(267.110,06)
Locações		(9.913,19)	(2.238,48)
Manutenção Predial		(16.085,00)	(4.109,58)
Impostos e Taxas		(453,36)	(432,46)
(=) Resultado Bruto		**-**	**-**
(-) Despesas Gerais e Administrativas	**12**	**(129.321,26)**	**(71.964,64)**
Serviço de Terceiros		(105.289,48)	(29.523,55)
Impostos e Taxas		(20.134,54)	(38.543,85)
Condomínio		(3.897,24)	(3.897,24)
(+/-) Receitas / Despesas Financeiras		**(170.111,78)**	**(64.823,62)**
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras		7.729,43	12.189,37
Juros Passivos	12	(177.017,21)	(76.843,99)
Despesas Bancárias	12	(824,00)	(169,00)
(+/-) Outras Receitas / Despesas Operacionais		**(35.506.547,08)**	**(4.361.113,02)**
Cursos e Eventos		1.400,00	3.450,00
Doações em Espécie		120,00	635,00
Despesas Judiciais		(953,20)	-
Provisão para Demandas Judiciais	9	(240.764,44)	(4.365.198,02)
Honorários Advocatícios em Processos Judiciais		(3.000.000,00)	-
Provisão de Perdas em Propriedades para Investimentos	6	(32.266.349,44)	-
(+/-) Serviço Voluntariado	**15**	**-**	**-**
Receitas Voluntariado		28.325,53	26.885,20
Despesas Voluntariado	12	(28.325,53)	(26.885,20)
(=) Déficit do Exercício		**(35.805.980,12)**	**(4.497.901,28)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**44.353.628,41**	**(3.032.023,93)**	**41.321.604,48**
Déficit Incorporado ao Patrimônio Social	(3.032.023,93)	3.032.023,93	-
Déficit do Exercício	-	(4.497.901,28)	(4.497.901,28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**41.321.604,48**	**(4.497.901,28)**	**36.823.703,20**
Déficit Incorporado ao Patrimônio Social	(4.497.901,28)	4.497.901,28	-
Déficit do Exercício	-	(35.805.980,12)	(35.805.980,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**36.823.703,20**	**(35.805.980,12)**	**1.017.723,08**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (MÉTODO INDIRETO) (Em Reais)

	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	**(35.805.980,12)**	**(4.497.901,28)**
Ajustes ao Déficit do Exercício		
Complemento (Reversão) de Provisão para Demandas Judiciais	240.764,44	4.365.198,02
Provisão de Perdas em Propriedades para Investimentos	32.266.349,44	-
Juros Passivos sobre Empréstimos	177.008,15	76.843,99
Déficit do Período Ajustado	**(3.121.858,09)**	**(55.859,27)**
(Aumento) ou Redução de Ativos		
Contas a Receber	1.831.000,00	-
Créditos para Funcionários	47.857,55	(52.451,79)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(132.587,54)	(2.101.637,45)
Aumento ou (Redução) de Passivos		
Fornecedores	1.500.115,13	(227,17)
Obrigações Trabalhistas	(86.822,56)	83.918,59
Obrigações Sociais	4.143,95	(7.597,05)
Obrigações Fiscais	2.895,90	(2.291,51)
Termo de Colaboração a Realizar	261.341,49	141.720,83
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	**306.085,83**	**(1.994.424,82)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
(Adições) Baixas de Empréstimos	-	2.084.655,92
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamentos	**-**	**2.084.655,92**
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**306.085,83**	**90.231,10**
Demonstrado como segue:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	761.280,31	671.049,21
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	1.067.366,14	761.280,31
Variação do Exercício	**306.085,83**	**90.231,10**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Círculo Social São Camilo** é uma associação civil de direito privado, de caráter confessional católico, filantrópica, entidade beneficente com atuação na área da assistência social, de fins não lucrativos, apolítica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, fundada em 14 de outubro de 1936. A Entidade tem as seguintes finalidades estatutárias: I. Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; II. Amparar crianças e os adolescentes carentes; III. Promove ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; IV. Promover gratuitamente a Assistência Educacional ou da Saúde; V. Promover a integração ao mercado de trabalho; VI. Promover o atendimento e a assessoria aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e a defesa e garantia de seus direitos; VII. Desenvolver atividades educacionais tanto na área religiosa como a área da Saúde, podendo, para tanto, fundar e manter estabelecimentos de Educação, de ensino e de Assistência Social nos moldes recomendados e preconizados no Título VIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a Ordem Social. **UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó:** Termo de Colaboração firmado com a Prefeitura da Cidade de São Paulo nº 317/SMADS/2019. Processo SEI nº 6024.2019/000.2825-2. Vigência: 28/10/2019 até 27/10/2029. **Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó:** Termo de Colaboração firmado com a Prefeitura da Cidade de São Paulo nº 295/SMADS/2019. Processo SEI nº 6024.2019/000.3115-6. Vigência: 12/11/2019 até 11/11/2029.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas contábeis): As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) - Resolução 1.409/2012, que preconiza critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi em 31 de janeiro de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:
• Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
• Investimentos, onde foi adotado o custo atribuído. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas e políticas contábeis descritas em detalhes nas notas explicativas têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. O regime contábil adotado é o regime de competência. **3.1. Uso de Estimativas e Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Provisão para demandas judiciais (nota explicativa nº 9). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir dessas estimativas. **3.2. Ativos Circulantes e Não Circulantes:** Os ativos circulantes são direitos e bens com maior liquidez, ou seja, que podem ser convertidos em recursos econômicos para a empresa a curto prazo. O ativo não circulante são bens e recursos garantidos à empresa, porém só poderão ser colocados em caixa após médio ou longo prazo. **3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo em CDB/CDI e Poupança, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **3.4. Contas a Receber:** Correspondem a valores a receber da venda de propriedades para investimento. São registradas pelo valor faturado, obedecendo o regime de competência. Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, não foram constituídas perdas estimadas de créditos. **3.5. Depósitos e Bloqueios Judiciais:** São processos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis que ainda estão em julgamento. A baixa desses valores ocorrerá quando ocorrer o trânsito em julgado. **3.6. Propriedades para Investimento:** Demonstrado pelo valor de custo. Ganhos e perdas na alienação de item de propriedades para investimento, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil registrado, são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado. A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente, o valor contábil líquido desses ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída perdas na recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável, em contrapartida do resultado. **3.7. Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Passivo é a obrigação legal ou construtiva que a Entidade possui com terceiros e sua liquidação se dá, provavelmente, por recursos econômicos. Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do encerramento do balanço. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que o recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.9. Fornecedores:** É representada por valores a pagar à curto prazo, não ultrapassando os 30 dias da data de encerramento do balanço. **3.10. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais:** É representada por valores a pagar com pessoal próprio e de terceiros, com vencimento no mês subsequente. **3.11. Termo de Colaboração com a Prefeitura da Cidade de São Paulo:** O Círculo Social São Camilo possui dois centros voltados para projetos sociais, o Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó e o Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó. Ambos possuem Termos de Colaboração firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo e tem por objetivo, realizar serviços para inclusão social e o resgate à cidadania, por meio da oferta de ações socioassistenciais, oferecidos de forma gratuita, continuada, permanente e planejada. O público-alvo dessas ações são crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social. **3.12. Empréstimos:** Referem-se a empréstimos tomados de entidade congênere para capital de giro através de contratos de mútuo. São registrados a valores nominais e atualizados mensalmente pelo índice da caderneta de poupança. **3.13. Provisão ou Reversão para Demandas Judiciais:** A Entidade efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos de contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo mediante a opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perda provável, e devendo ser divulgadas as perdas possíveis. Identificado no ano seguinte, um valor provisionado maior que a atual estimativa, é realizada a reversão (receita) da provisão. Atualmente a Entidade tem processos judiciais para determinar a propriedade e a regularidade de terrenos próprios. **3.14. Benefícios a Empregados:** A Entidade fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de assistência odontológica e vale transporte. **3.15. Patrimônio Líquido:** O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social, acrescido pelos superávits ou reduzido pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. **3.16. Receitas Operacionais: a) Subvenções Governamentais:** As receitas de Subvenções Governamentais são oriundas de Termos firmados com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, e é reconhecida no resultado proporcionalmente com as despesas ocorridas, seguindo a norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. A receita segue o regime de competência. A Entidade presta serviços 100% gratuitos aos seus usuários, sem contraprestação. **b) Cursos e Eventos:** A Entidade em parceria com órgãos públicos, oferece cursos de pequena duração, 100% gratuitos, para jovens em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a geração de renda por meio empreendedorismo, estimular sua autonomia financeira e fortalecimento da autoestima. A receita segue o regime de competência. **c) Serviço Voluntário:** O Serviço Voluntário, que é prestado de forma 100% gratuita, é registrado conforme a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros. A divulgação do trabalho voluntário inclusive, quando for o caso, de membros integrantes dos órgãos da administração e conselheiros no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, em contrapartida deve-se reconhecer uma receita de igual valor. A receita do voluntariado segue o regime de competência. **d) Doações em Espécie:** São valores doados de forma voluntária, sem contrapartida, por pessoas da comunidade, a fim de ajudar o projeto social da Entidade. A doação recebida é registrada pelo regime de competência e será aplicado de forma integral na manutenção da Entidade. **3.17. Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas administrativas são desembolsos incorridos necessários para a manutenção das atividades da Entidade, e são apropriados de acordo com o regime de competência. **3.18. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros ativos, descontos obtidos e rendimentos de aplicações financeiras CDB/DI e Poupança. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem os juros passivos, despesas bancárias e descontos concedidos. Os juros passivos, quase na sua totalidade, são de empréstimos adquiridos. Os juros passivos são reconhecidos no resultado, de acordo com o regime de competência. **3.19. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base liquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **3.20. Operações da Entidade:** As operações da Entidade estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, riscos de realização do contas a receber e riscos de ocorrência de sinistros. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Entidade no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos. **3.21. Demonstração do Resultado Abrangente:** A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes no exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Contas Correntes Bancárias - Sem Restrição	16.829,35	2.555,13
Contas Correntes Bancárias - Com Restrição **(a)**	8.090,30	908,95
Aplicações Financeiras - Sem Restrição	138.931,56	86.835,01
Aplicações Financeiras - Com Restrição **(a)**	903.514,93	670.981,22
Total	**1.067.366,14**	**761.280,31**

(a) São disponibilidades onde a Entidade possui somente a guarda para as devidas aplicações em função de termos de colaboração com a Prefeitura da Cidade de São Paulo.

5. CONTAS A RECEBER

No quadro abaixo os valores a receber, decorrente de transação de venda de imóvel.

	2025	2024
União Social Camiliana	1.037.594,75	2.868.594,75

Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, não são esperadas perdas estimadas de créditos.

6. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os ativos classificados como propriedades para investimento, correspondem a terrenos de propriedade da Entidade mantidos para venda. A Entidade está em processo de levantamento e regularização de diversos terrenos existentes em vários loteamentos de sua propriedade, inclusive com discussões judiciais. Devido as regularizações, não vem sendo efetuada a avaliação a valor justo e, conforme, nossos assessores jurídicos, as perdas esperadas estão registradas.

	2024			2025
	Custo	**Adições**	**Baixas**	**Custo**
Propriedades para Investimento	44.113.246,94	-	-	44.113.246,94
Provisão de Perdas	-	-	(32.266.349,44)	(32.266.349,44)
Total	**44.113.246,94**	**-**	**(32.266.349,44)**	**11.846.897,50**

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS

As obrigações trabalhistas estão compostas da seguinte forma:

	2025	2024
Férias a Pagar	5.580,73	91.692,03
Salários a Pagar	37.527,70	42.155,80
Consignado a Pagar	3.916,84	-
Total	**47.025,27**	**133.847,83**

As obrigações sociais estão compostas da seguinte forma:

	2025	2024
FGTS a Recolher	4.113,65	5.903,38
INSS a Recolher	23.194,11	17.996,73
PIS a Recolher	514,22	510,92
Demais Contas	837,49	104,49
Total	**28.659,47**	**24.515,52**

As obrigações fiscais estão compostas da seguinte forma:

	2025	2024
ISS Retido na Fonte a Recolher	21,85	9,44
IRRF a Recolher	6.982,26	4.098,77
Total	**7.004,11**	**4.108,21**

8. TERMO DE COLABORAÇÃO A REALIZAR

No quadro abaixo, resumo dos valores recebidos e aplicados do poder público municipal, referente os termos de colaboração firmados.

Período	Concedente	Valor Recebido	Valor Realizado (Resultado)	Valor a Realizar (Passivo)
2025	Prefeitura da Cidade de São Paulo	2.466.891,93	(1.610.287,97)	856.603,96
2024	Prefeitura da Cidade de São Paulo	2.197.588,82	(1.602.326,35)	595.262,47

9. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, referente a análise dos processos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis e sua expectativa das quantias reivindicadas, entende que a provisão constituída em 2025 como perda provável no montante de R$ 12.416.672,65 (exercício anterior - R$ 12.175.908,21) é uma estimativa razoável para cobrir eventuais perdas. A maior parte do valor das contingências é referente a ações judiciais para determinar a propriedade e a regularidade de terrenos (nota 6). Para fins de divulgação, o valor de perda possível corresponde ao montante de R$ 2.762.138,40 em 2025 (exercício anterior - R$ 1.578.783,07).

10. EMPRÉSTIMOS

	2025	2024
Valor Principal	2.084.655,92	2.084.655,92
Juros Acumulados de Períodos Anteriores	76.843,99	-
Juros Calculados do Período	177.008,15	76.843,99
Baixas Efetuadas do Período	-	-
Total	**2.338.508,06**	**2.161.499,91**

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Ativos	**2025**	**2024**
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.067.366,14	761.280,31
Custo amortizado		
Contas a Receber	1.037.594,75	2.868.594,75
Adiantamentos	4.704,64	52.562,19
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.255.858,09	4.123.270,55
Total	**6.365.523,62**	**7.805.707,80**
Passivos	**2025**	**2024**
Custo amortizado		
Fornecedores	1.500.224,52	109,39
Empréstimos	2.338.508,06	2.161.499,91
Total	**3.838.732,58**	**2.161.609,30**

O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez. **Risco de liquidez:** É o risco em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir são apresentados os valores dos ativos e passivos financeiros realizados em até 1 ano.

Ativos	**Valor contábil**	**Até 1 ano**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.067.366,14	1.067.366,14
Contas a Receber	1.037.594,75	1.037.594,75
Adiantamentos	4.704,64	4.704,64
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.255.858,09	-
Passivos		
Fornecedores	(1.500.224,52)	(1.500.224,52)
Empréstimos	(2.338.508,06)	-
Posição Líquida	**2.526.791,04**	**609.441,01**

12. GRATUIDADES - ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Círculo Social São Camilo, fornece serviços na área de Assistência Social, de acordo com a Resolução nº 109/CNAS/2009, que determina a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Os serviços são prestados de forma gratuita, continuada, permanente e planejada, sem qualquer discriminação. Os valores aplicados em gratuidades estão assim distribuídos:

	2025	2024
Custos		
Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó	(739.226,57)	(765.683,71)
Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó	(871.061,40)	(836.642,64)
Total de Custos	**(1.610.287,97)**	**(1.602.326,35)**
Despesas Gerais e Financeiras	**(335.488,00)**	**(175.862,83)**
Total de Gratuidades	**(1.945.775,97)**	**(1.778.189,18)**

Quadro de atendimentos na área de assistência social:

				Unidades de Assistência Social - 2025
1	Centro para Juventude Nossa Senhora do Ó	CNPJ nº 60.944.998/0011-86	Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos através de atividades socioeducativas, que garantam proteção integral a sociabilidade e empregabilidade, o fortalecimento dos vínculos familiares, à participação do núcleo familiar, a troca de experiência entre gerações, o protagonismo juvenil e o engajamento com a comunidade local.	**140 Adolescentes e Jovens atendidos (média/mês)**
2	Centro para Crianças e Adolescentes Nossa Senhora do Ó	CNPJ nº 60.944.998/0012-67	Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos através das Oficinas de artes cênicas, música, dança, jogos, judô, artes plásticas, informática e passeios.	**160 Crianças e Adolescentes atendidos (média/mês)**

Não é escopo dos auditores independentes avaliar as quantidades descritas no quadro acima.

13. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS

A Entidade segue os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791/2023 para a obtenção do CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Assistência Social. A Entidade é portadora do certificado pelo período de 27/05/2021 até 26/05/2024, conforme certificado CEBAS sob processo nº 71000.046860/2018-75. Entidade solicitou de forma tempestiva em 06/12/2023, por meio do protocolo digital nº 308796.0791683/2023 a renovação da certificação. O período da certificação abrangerá de 27/05/2024 até 26/05/2027 e estará resguardada, conforme o § 2º, da Lei Complementar nº 187 /2021 que estabelece: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

14. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

O Círculo Social São Camilo é uma entidade sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, e imune às contribuições para a seguridade social, nos termos do artigo 195, §7º, da Constituição Federal.

15. SERVIÇO VOLUNTÁRIO

De acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, sobre divulgação do trabalho voluntário, inclusive, quando for o caso, de membros integrantes dos órgãos da administração e conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Os serviços voluntários obtidos, foram reconhecidos pelo valor justo da prestação, estimado como base na tabela de remuneração praticada pela Entidade em 2025 no montante de R$ 28.325,53 (exercício anterior - R$ 26.885,20), sendo composto, essencialmente, por pessoas que dedicam o seu tempo e talento para uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Pe. Mateus Locatelli
Presidente
CPF nº 047.394.789-78

Pe. Justino Scatolin
Superintendente
CPF nº 170.252.499-04

Responsável Técnico
Marcelo Rodrigues Gomides Filho
Contador - CRC nº 1SP290516/O-0 - CPF nº 227.093.368-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
CÍRCULO SOCIAL SÃO CAMILO
São Paulo - SP

OPINIÃO: Examinamos as demonstrações financeiras do **CÍRCULO SOCIAL SÃO CAMILO,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CÍRCULO SOCIAL SÃO CAMILO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000-R1), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002-R1). **BASE PARA OPINIÃO:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** - Conforme nota explicativa nº 6, à administração do **CÍRCULO SOCIAL SÃO CAMILO** vem efetuando levantamento dos terrenos em diversos loteamentos de sua propriedade, classificados como "propriedades para investimentos", visando a regularização, estando alguns, inclusive, em discussões judiciais e, por esse motivo, não vem efetuando a avaliação a valor justo de propriedades para investimentos. Conforme a administração e seus assessores jurídicos, as perdas esperadas correspondem ao valor provisionado descrito na nota explicativa nº 9. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2026.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES - CRC 2SP033482/O-3
Rubens Lopes da Silva - CRC CT Nº 1PR011811/O-1 T SP

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 24/04/2026 21:11:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*